



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

**PROJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE
CONTROLE DA TUBERCULOSE DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM PNEUMOLOGIA
SANITÁRIA NO ESTADO DO AMAZONAS**

MARKLIZE DOS SANTOS SIQUEIRA¹

JEFFESON WILLIAM PEREIRA²

CIBELLE DÓRIA DA CUNHA BUENO³

RANNY SANTOS NATIVIDADE⁴

SARAH FERNANDES FERREIRA⁵

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a sistematização do fazer profissional do Assistente Social materializado no instrumento Projeto de Trabalho Profissional no Programa de Controle da Tuberculose na instituição Centro de Referência em Pneumologia Sanitária - Policlínica Cardoso Fontes, no Estado do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Trabalho Profissional; Programa de Controle da Tuberculose; Serviço Social.

ABSTRACT

The objective of this work is to present the systematization of the Social Worker's professional work materialized in the Professional Work Project instrument in the Tuberculosis Control Program at the institution Centro de Referência em Pneumologia Sanitária - Policlínica Cardoso Fontes, in the State of Amazonas.

KEYWORDS: Professional Work Project; Tuberculosis Control Program; Social Service.

¹ Grupo Inter-Ação/Universidade Federal do Amazonas

² Universidade Federal do Amazonas

³ Grupo Inter-Ação/Universidade Federal do Amazonas

⁴ Grupo Inter-Ação/Universidade Federal do Amazonas

⁵ Grupo Inter-Ação/Universidade Federal do Amazonas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Ministério da Saúde (2022), a tuberculose possui como um de seus agravos as determinações socioeconômicas, portanto, tem relação direta com as condições de pobreza da população. Considerando o contexto de desigualdade social no Brasil, existem populações em situação de vulnerabilidade que apresentam condições que propiciam o adoecimento por tuberculose em relação à população em geral, sendo estes, as populações indígenas, a população privada de liberdade, pessoas convivendo com HIV/Aids, pessoas em situação de rua, imigrantes e profissionais de saúde. Para além destes grupos sociais considerados vulneráveis, no caso do território amazônico, temos ainda a existência das populações ribeirinhas, de pescadores, de terreiros, quilombolas que estão sujeitas à condições de vida que incidem no risco de adoecimento por tuberculose e que possuem dificuldades diversas ao acesso de cuidados dispensados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

No Brasil, as doenças crônicas relacionadas à situação de pobreza se destacam como um dos desafios contemporâneos no campo da saúde pública. Isto se deve, entre outras questões, pelo perfil das principais populações afetadas como já mencionamos e que exige nos serviços de saúde atendimento tanto na atenção primária, quanto na atenção de média e alta complexidade do SUS. Esta realidade exige uma escuta qualificada, um trabalho interdisciplinar e intersetorial contínuo e permanente que possa efetivar o princípio da integralidade e viabilizar a proteção social das pessoas usuárias, em especial, do Programa de Controle da Tuberculose.

Isto posto, as expressões da Questão Social tal qual a conhecemos no Serviço Social, neste caso, as más condições de higiene e saneamento estão na base de processos de adoecimento das enfermidades como tuberculose, verminoses como a ancilostomíase e esquistossomose, malária, doença de Chagas, leishmaniose e tracoma. Vale ressaltar, que a Questão Social se constitui o objeto de estudo e matéria-prima para o trabalho do/a Assistente Social, cabe aos profissionais a construção e aplicação de técnicas e processos capazes de fazer seu enfrentamento e consolidar o projeto profissional diante da conjuntura que se apresenta. Diante de tal fato, a elaboração de um projeto de trabalho profissional se torna imprescindível não apenas como instrumento de afirmação da profissão, que visa atender às demandas dos usuários, mas também para a organização e execução competentes das intervenções profissionais face às demandas sociais e a viabilização da proteção social.

Por meio do Projeto de Trabalho Profissional (PTP), é possível ao Assistente Social identificar necessidades, definir objetivos, estabelecer metas, apontar recursos disponíveis, elaborar estratégias de atuação e avaliar os resultados de suas ações. Além disso, têm-se a possibilidade de dar visibilidade ao Serviço Social no seu próprio espaço sócio-ocupacional, propiciando ao seu fazer profissional o reconhecimento, a legitimidade diante dos demais profissionais e da institucionalidade da política pública a que se destina. Dessa forma, o Projeto de Trabalho Profissional se mostra uma ferramenta essencial para orientar e direcionar as atividades do Assistente Social em sua prática cotidiana, visando a promoção do bem-estar e da justiça social.

A capacidade dos/das Assistentes Sociais para compreender a conjuntura social, o contexto de sociabilidade capitalista e a realidade social possibilita que estes/estas profissionais identifiquem as dinâmicas provenientes dessa sociabilidade que agudizam as desigualdades e as contradições inerentes à esta organização social. Desse modo, a necessidade de elaborar um Projeto de Trabalho Profissional decorre da importância de direcionar as ações do/a Assistente Social em consideração às relações estabelecidas entre a totalidade histórica e dialética que se apresentam e às particularidades e singularidades presentes nas demandas que ensejam a intervenção profissional.

Conforme Couto (2009), a formulação do PTP dos/das Assistentes Sociais no Brasil deve estar fundamentado a partir de dois principais dispositivos jurídico-políticos, são estes: a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão dos/das assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais e o Código de Ética Profissional de 1993, previsto na Resolução CFESS 273. Tais normativas são recursos essenciais para guiar a atuação dos assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, bem como consolidam a atuação e a direção social construída pela profissão.

Sendo assim, o presente artigo se constitui a partir da inserção profissional de Assistentes Sociais, nos anos de 2017 a 2020, no Programa de Controle da Tuberculose do Centro de Referência em Pneumologia Sanitária Policlínica Cardoso Fontes, localizado na capital Manaus, a única a atender todo o Estado do Amazonas. O projeto trabalho profissional ora apresentado foi desenvolvido anos de 2018 a 2020, pois sua continuidade e reformulação foi interrompido pela pandemia da COVID-19. Atualmente outro projeto de trabalho profissional está em execução e seus resultados devem ser publicizados em outra oportunidade.

Vale ressaltar, que o Centro de Referência em Pneumologia Sanitária – Policlínica Cardoso Fontes esteve por 15 anos sem o funcionamento do Serviço Social. Logo, a constituição de um Projeto de Trabalho Profissional (PTP) do Assistente Social se tornou uma ferramenta fundamental para organizar as demandas sociais diante do intenso cotidiano profissional de atendimento aos usuários do Programa e suas famílias na busca pela garantia de direitos. Adiante, apresentaremos uma discussão sobre a elaboração dos Projetos de Trabalhos Profissionais, considerando as diretrizes que o conformam e que sustentam o Serviço Social brasileiro e a sistematização do trabalho do Assistente Social por meio da referida ferramenta, o PTP.

1 PROJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL (PTP): UMA ESTRATÉGIA PARA A VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS E AUTONOMIA PROFISSIONAL

O Projeto de Trabalho Profissional (PTP), bem estruturado, configura-se como uma ferramenta crucial e indispensável para se alcançar os objetivos profissionais do/a Assistente social, consolidados no Código de Ética Profissional (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993). Assim, o referido instrumento visa contribuir, sobremaneira, como um planejamento estratégico que se aplicará à atuação do/a profissional, fomentando a viabilização dos direitos dos usuários das políticas sociais e a efetivação dos projetos e programas operacionalizados. Ademais, consideramos que o PTP possui o potencial de promover, de forma considerável, a autonomia desses profissionais, ainda que relativa e cercada de limites por parte das instituições.

O Código de Ética (1993) em seu Art. 8º, alínea d) atribui como dever do/a Assistente Social o de “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários”. O Código de Ética deixa explícito os valores que devem ser preservados, quando se explicita o trabalho a ser desenvolvido, sendo estes: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional e, Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 20-21).

Já a Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão, dispõe no Art. 4º, inciso II, sobre a “elaboração, coordenação e execução dos Assistentes Sociais na atuação no Serviço Social”, o que enseja o ato de planejar as ações de Serviço Social como uma atribuição privativa da profissão e essencial ao seu desenvolvimento. Cabe destacar que o PTP do Assistente Social corresponde a uma atribuição privativa da profissão, enquanto um panorama das “atividades que se desenvolvem no terreno invariavelmente contraditório e polarizado pelos projetos das classes sociais, cuja direção em disputa permanente medeia o trabalho profissional nos diferentes espaços ocupacionais em que Assistentes Sociais se inserem como trabalhadoras/es assalariadas/os” (RAICHELLIS, 2020, p.13). Nesse sentido, sinalizamos que:

Mais importante do que a disputa pelo monopólio das atividades privativas em si mesmas são as respostas profissionais às demandas e requisições do cotidiano institucional, os conteúdos e a direção das atividades realizadas no âmbito do trabalho coletivo que assistentes sociais, juntamente com outras/os profissionais, realizam no enfrentamento das expressões da “questão social”, pela mediação das políticas sociais, em que exercem funções de operacionalização, planejamento e gestão (RAICHELLIS, 2020, p.12).

Destacamos, entretanto, que o/a profissional necessita enxergar a formulação do Projeto de Trabalho Profissional (PTP) não somente como uma obrigação, mas também como instrumento essencial para o funcionamento de seu trabalho. O ato de elaborar um PTP, é portanto, o ato de planejar a ação profissional, o nosso fazer enquanto profissão e enquanto Assistentes Sociais vinculados a um espaço sócio-ocupacional. Portanto, um PTP é um Plano, um *caminho* detalhado que define os objetivos, metas, estratégias e ações necessárias para o desenvolvimento do Serviço Social e do fazer profissional do/a Assistente Social no espaço sócio-ocupacional de referência, compreendendo os objetivos profissionais postos em ação. Tal



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

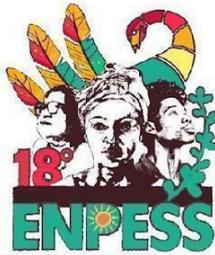
como nos orienta Vasconcelos (2015), o ato de elaborar um Projeto de Trabalho Profissional corresponde a um planejamento e trata-se do ato de definir e redefinir o trabalho profissional.

É fundamental que, ao propor um projeto de trabalho, o Assistente Social compreenda a estrutura da instituição onde atua. Isso não apenas garante que suas ações estejam alinhadas com a realidade organizacional, mas também o capacita a participar ativamente das negociações em conjunto com outros profissionais no espaço ocupacional.

Segundo Vasconcelos (2015), o processo de planejamento para a elaboração do projeto profissional do Serviço Social possui 3 dimensões: o Planejamento Global, o Planejamento Institucional e o Planejamento Individual. No Planejamento Global são definidos os objetivos gerais e específicos, estratégias, ações e avalia constantemente os impactos das intervenções, visando uma atuação eficaz e ética. Já o Planejamento Institucional alinha o projeto às ações, missões e valores da instituição, integrando-o às atividades organizacionais. Por fim, o Planejamento Individual permite ao Assistente Social identificar suas competências, habilidades e limitações, estabelecendo um plano de ação que contribua para alcançar os objetivos do projeto, refletindo sobre seu trabalho e responsabilidades de acordo com as demandas identificadas.

Destarte, conforme Couto (2009), um projeto de trabalho para além da formulação técnica e precisa, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a transformação dessa realidade. São elementos constitutivos do projeto de trabalho: a) identificação; b) reconhecer quem são os *cidadãos usuários* desse serviço; c) reconhecer as demais *intervenções profissionais* que compartilham e/ou disputam o espaço com o Serviço Social; d) identificar esse espaço dentro da *realidade social* onde o trabalho profissional do Assistente Social se inscreve. Além disso, é elemento fundamental a explicitação da filiação teórica com a qual é construído o projeto de trabalho, qual seja, o referencial dialético-crítico. Esta filiação teórica compreende a questão social como produto intrínseco do capitalismo, e não como consequência de um posicionamento individual do sujeito e de seus grupos familiares ou sociais.

A autora sugere também alguns elementos que devem constituir a elaboração do instrumental PTP, sendo estes: 1) identificação: a delimitação e a justificativa, claras, do objeto da ação (que refrações da questão social serão objetos de sua intervenção); 2) definição dos objetivos gerais e específicos que devem ser claros e exequíveis; 3) identificação das metas: é necessário quantificar e qualificar o trabalho proposto em consonância com os objetivos, explicitar indicadores; 4) apontamento dos recursos: o projeto deve deixar muito claro quais recursos serão necessários para a sua execução; 5) mecanismos de controle social: é necessário indicar como os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

registros serão efetuados e como o conhecimento produzido no trabalho será potencializado. Um Projeto de Trabalho Profissional (PTP) deve preocupar-se com sistematização da prática e sua teorização como exercício de *práxis*. A intencionalidade estratégica é que possam dar base e realimentar novos projetos que empoderem a população usuária na sua organização por ampliação de direitos sociais.

Nesse sentido, no mundo dinâmico e competitivo atual, a autonomia profissional e a garantia de direitos trabalhistas são essenciais. Os Assistentes Sociais, tal como pertencentes à classe trabalhadora sofrem, demasiadamente, os atravessamentos e consequências advindas da crise do trabalho no contexto contemporâneo. Nesse contexto, o PTP cumpre um papel importante na defesa dos direitos de Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais, uma vez que descreve a atuação profissional e define os parâmetros de atuação do/a profissional naquele *lôcus* de trabalho, aliando as normativas profissionais às demandas institucionais.

2 PROJETO DE TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE CONTROLE DE TUBERCULOSE DA POLICLÍNICA CARDOSO FONTES (PCT/PCF)

2.1 Centro de Referência em Pneumologia Sanitária Policlínica Cardoso Fontes e o Programa de Controle da Tuberculose

A Policlínica Cardoso Fontes foi fundada em 04 de novembro de 1944, com o objetivo de tratar casos de Tuberculose no Estado do Amazonas. Teve como primeiro diretor o Doutor Raymundo Moura Tapajós, médico pneumologista, que à época realizava trabalho voluntário. A unidade de saúde teve várias fases em sua existência, pois foi Dispensário, Ambulatório, Centro de Saúde e atualmente Policlínica de Referência em Pneumologia Sanitária do Estado do Amazonas (PCF), porém sempre com o foco em uma mesma doença: a Tuberculose.

Sua natureza de integração é de Atendimento Ambulatorial. Possui como público atendido os usuários de todo o Estado do Amazonas agendados pelo Sistema de Regulação (SISREG), demanda espontânea e demais usuários encaminhados pelo sistema de saúde público e privado com diagnóstico de tuberculose confirmados. Sua missão institucional consiste em proporcionar assistência na área de Pneumologia Sanitária em nível *secundário* e *terciário* de acordo com os parâmetros da organização do Sistema Único de Saúde (SUS). A Policlínica é considerada referência em Pneumologia Sanitária no Amazonas de caráter específico, curativo e preventivo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em Tuberculose a nível ambulatorial, por contar com uma equipe multidisciplinar qualificada em caráter permanente. Além disso, se configura como um espaço de formação profissional proporcionado espaço de estágio em saúde e de pesquisa sobre os condicionantes epidemiológicos relacionados à tuberculose.

Nas dependências da Policlínica está localizado o Comitê de Controle da Tuberculose no Amazonas que atende com suas ações os 62 municípios e agrega instituições governamentais e não governamentais com a finalidade de promover uma articulação intersetorial das políticas públicas para o enfrentamento da tuberculose no Estado do Amazonas. O Comitê tem se configurado como um aliado fundamental do trabalho realizado pelo Serviço Social na instituição. É o espaço do efetivo controle social pois está composto pela sociedade civil organizada, profissionais da saúde da atenção primária e secundária e representantes das coordenações de tuberculose em nível municipal e estadual.

2.2 Breve contextualização do trabalho do Assistente Social no PCT/PCF e a formulação do Projeto de Trabalho Profissional

No que se refere ao Serviço Social o setor foi reinstaurado via concurso público no ano de 2016, antes disso a instituição passou por um período de 15 anos sem a disponibilidade deste serviço para a população usuária do Programa. Até o corrente ano o setor contava com duas assistentes sociais que atuavam no período matutino e vespertino, com uma carga horária de 30 horas semanais. Inicialmente com a retomada da oferta do atendimento em Serviço Social foi dada prioridade às demandas diárias, que eram muitas. No entanto, no final de 2017 e início de 2018 as Assistentes Sociais, ambas com experiência na docência, iniciaram o processo de elaboração do Projeto de Trabalho Profissional (PTP) no intuito de resolver as principais urgências do Setor de Serviço Social junto à instituição, à Política de Saúde trabalhada pela Erradicação da Tuberculose no Brasil, e às demandas dos usuários em situação de vulnerabilidade social do Programa de Controle da Tuberculose.

O primeiro desafio para a elaboração do PTP foi a inexistência de parâmetros para a atuação do Assistente Social da Política de Saúde e no Programa de Controle da Tuberculose, fato que se confirmou após algumas consultas às coordenações nacional, estadual e municipal. Por conta disso, predominava uma visão equivocada do profissional do Serviço Social como o “agente de caridade” ou a “moça boazinha que vai atender o usuário”, os estereótipos que têm

sido historicamente reproduzidos ao longo da existência da profissão. Diante disso, foi dado início com prioridade à elaboração do Protocolo de Acolhimento do Serviço Social (PASS).

O PASS, elaborado no ano de 2018, teve o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade na atenção aos usuários em tratamento de Tuberculose, na busca pela consolidação da Política Nacional de Humanização, os Programas de Combate à Tuberculose e a redução dos índices de abandono de tratamento. A Tuberculose é um problema de saúde pública que precisa ser enfrentado com competência técnica e envolvimento institucional e da sociedade civil organizada. A estrutura do Protocolo continha objetivos geral e específicos, atribuições do Serviço Social, atribuições específicas do atendimento ao usuário com tuberculose, metodologias, glossário e legislação social de referência. O protocolo foi elaborado em 2018 após uma ampla consulta a todos os profissionais de saúde e trabalhadores da saúde do Programa de TB do Centro de Referência em Pneumologia Sanitária, e teve sua última reformulação no ano de 2023.

Vale ressaltar que o Protocolo de Acolhimento do Serviço Social do Programa de Controle da Tuberculose é pioneiro no Brasil e foi considerada uma das experiências exitosas no enfrentamento à Tuberculose (TB) pelo Ministério da Saúde. No ano de 2022, o Ministério da Saúde realizou uma chamada pública, coordenada pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente via Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis para selecionar experiências exitosas que estivessem em consonância com o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública, e o Protocolo de Acolhimento do Serviço Social foi a única experiência selecionada do norte do país.

Após o processo de criação do PASS, deu-se início à elaboração do Projeto de Trabalho Profissional (PTP) do Serviço Social que contou com o seguinte objetivo geral: Estabelecer ações a serem desenvolvidas pelo Serviço Social da Policlínica Cardoso Fontes em 2018/2, em conformidade com Protocolo de Acolhimento do Serviço Social, a Lei n. 8.662/1993 e a resolução do Código de Ética Profissional. Os objetivos específicos foram divididos em dois eixos devido às urgências de organização da gestão do trabalho profissional: Eixo 01) *Fortalecimento e Consolidação do Serviço Social da PCF* – que consistiu em criar campo de estágio supervisionado em Serviço Social e estruturar a dimensão técnico-operativa do Serviço Social em consonância com o Programa de Tuberculose; Eixo 02) *Ações da Atenção ao usuário do Programa de Tuberculose* – que consistiu em realizar ações socioeducativas com grupos de Tratamentos Especiais MR do Aprazamento II, criar rotina de Busca Ativa de Abandono de Tratamento em conjunto com a Enfermagem, realizar ações socioeducativas aos usuários em sala de espera,

participar das atividades e reuniões do Comitê de Combate à Tuberculose e da Equipe Multiprofissional da Policlínica Cardoso Fontes. Importa ressaltar, que o Protocolo de Acolhimento do Serviço Social foi criado em 2018 e o Projeto de Trabalho do Serviço Social (PTSS) visa atender as dimensões de trabalho nele explicitadas. Assim, cabe ao PTSS encaminhar as ações necessárias tomando por base os objetivos e finalidades nele previstas.

A partir a criação do Protocolo de Acolhimento e do Projeto de Trabalho Profissional o Setor de Serviço Social passa a ter responsabilidade de acolher de forma humanizada os usuários da Policlínica Cardoso Fontes e assessorar a equipe multiprofissional no entendimento e respostas às expressões da Questão Social concernentes ao tratamento e processo de cura da Tuberculose. Para isso, entre outras ações, promove formação socioeducativas para redução do risco de adoecer de tuberculose e outros agravos, e facilitar o acesso universal e igualitário às ações de promoção, proteção e recuperação no tratamento de tuberculose. Sua meta passa a ser a de fazer cumprir as finalidades do Programa de Controle da Tuberculose trabalhando a dimensão da Proteção Social.

As atividades desenvolvidas neste primeiro Plano de Trabalho Profissional se desenvolveram ao longo do ano de 2018 a 2020 e foram interrompidas pela Pandemia da Covid-19. No eixo 01 sobre o *fortalecimento e consolidação do Serviço Social da PCF*, foi criado um documento denominado Normas e Rotinas do Estágio Supervisionado em Serviço Social e realizado todos os trâmites administrativos junto à Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM), ao Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região (CRESS-AM) e às instituições de ensino. No ano de 2019, recebemos a primeira estagiária de Serviço Social oriunda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a referida estagiária antes de exercer o estágio passou por uma semana de formação que consistia no estudo das legislações pertinentes à Política de Erradicação da Tuberculose, leitura de alguns manuais sobre o manejo da doença, fase de visita e conhecimento de cada setor da unidade de saúde. Ainda neste eixo foi estruturado todos os instrumentais básicos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social em consonância com o Programa de Tuberculose como: Formulário Socioeconômico, Formulário Psicossocial para o Prontuário, Modelo de Relatório Social, Modelo de Laudo Social, Modelo de Ficha Social, Modelo de Relato de Visita Domiciliar. Todos os instrumentais foram apresentados em reunião da equipe multiprofissional e explicado as suas finalidades, isto contribuiu para um melhor entendimento dos demais profissionais da equipe multiprofissional sobre as atribuições e competências do Assistente Social tanto na Política de Saúde quanto no Programa de TB.

Neste eixo, ainda foram realizadas duas atividades de educação em saúde com os profissionais e trabalhadores da saúde do Centro de Referência sobre o Protocolo de Acolhimento do Serviço Social do PCT-PCF. Essa atividade foi um marco na virada de percepção sobre as atribuições e competências do Serviço Social no Programa de Tuberculose na unidade de saúde, foi o momento de desmistificar os estereótipos e iniciar um processo de entendimento sobre o trabalho do Serviço Social no Programa e na Política de Saúde. Neste processo, a partir da implementação do campo estágio foi criada uma Cartilha Digital do Protocolo de Acolhimento do Serviço Social que foi apresentada no I Seminário Saúde e Serviço Social: o trabalho do Assistente Social no Programa de Controle da Tuberculose, no dia 10 de junho de 2019. O evento foi organizado pelo Setor de Serviço Social e o Comitê Estadual de Controle da Tuberculose e reuniu cerca de 200 profissionais de saúde da rede municipal e estadual.

Figura 01 - Participantes do I Seminário Saúde e Serviço Social: o trabalho do Assistente Social no Programa de Controle da Tuberculose



Fonte: arquivos do Serviço Social da Policlínica Cardoso Fontes, 2019.

O evento foi o primeiro a ser realizado pelo Serviço Social no Programa de Controle da Tuberculose que se tinha notícia e sua principal contribuição foi trazer para o centro do debate a importância do Serviço Social no referido Programa e o debate sobre as expressões da questão social e sua vinculação com o processo de adoecimento por tuberculose, uma vez, que é uma doença decorrente das condições de pobreza engendradas pela sociedade do capital. Foi ainda a primeira vez que se apresentou uma proposta concreta de quais as atribuições e competências do Assistente Social no Programa de Controle da Tuberculose. Por fim, a Cartilha Digital foi disponibilizada como um instrumento a ser replicado e readaptado nos diferentes contextos.

No Eixo 02 sobre as *ações da atenção ao usuário do Programa de Tuberculose*, foi criado um grupo com usuários de Tratamentos Especiais MR do Aprazamento II com a comorbidade de TB/HIV no qual, em parceria com a OAB Direitos Humanos, foram realizadas orientações sobre os direitos deste usuário. O Programa de Tuberculose possui os Aprazamentos I, II e III e os usuários são distribuídos nos aprazamentos a partir de um conjunto de critérios que incidem na gravidade da doença e no tempo de tratamento a ser realizado que em geral são de 12 (doze) meses. Os usuários do Aprazamento II passam por atendimento e consulta de enfermagem para Tuberculose Monorressistentes e Multirresistente sem resistência à Rifampicina; e situações especiais com reações adversas, intolerância medicamentosa, hepatotoxicidade e renal crônico. Na sequência são encaminhados para o Serviço Social, Psicologia e quando necessário faz contato com rede de atenção básica para acompanhamento em seus territórios. No geral, estes usuários apresentam situações de comorbidades TB/HIV, são pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas, além de severas situações de vulnerabilidade social.

Neste eixo ainda, vale destacar as ações em sala de espera foram que direcionadas para trabalhar os seguintes temas: Direitos Previdenciários da pessoa com tuberculose, Mulheres grávidas e a Tuberculose, Estigma e preconceitos sobre a Tuberculose. A definição dos temas foi construída a partir de consultas aos usuários do Programa e nos diálogos com equipe multiprofissional e a gestão da unidade de saúde. Outra contribuição do PTP foi o entendimento por parte da gestão da unidade de saúde sobre a importância do Assistente Social estar nas reuniões do Comitê de Combate à Tuberculose e em outros espaços de controle social.

2.3 Projeto de Trabalho Profissional do Serviço Social: potencialidades e desafios

A elaboração do Projeto de Trabalho Profissional mostrou-se como uma ferramenta potente de gestão do trabalho profissional. Mas isto somente foi possível a partir de uma apreensão qualificada dos avanços do debate no seio da categoria no que se refere a este tema. Foi necessário revisitar os diversos ensinamentos na formação profissional, mas, em particular, os conteúdos relacionados às disciplinas de principalmente de gestão e planejamento social, ética profissional, estágio supervisionado, política social e de fundamentos histórico-teórico-metodológicos em Serviço Social. Além disso, foi necessária uma busca aprofundada sobre o contexto da instituição e sua política a ser executada, o que implica estudo e aprofundamento das políticas de saúde. Além disso, exigiu das profissionais a capacidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

teleológica de relacionar as demandas dos usuários, a política requerida pela instituição e o projeto profissional do Serviço Social para definir o objeto da ação.

É imperativo ao Assistente Social identificar objetos que requerem a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissional é requerida a intervir no âmbito das instituições. A definição do objeto da ação não é simples, uma vez que são muitas e urgentes as solicitações, no entanto, é necessário fazer escolhas e estabelecer de forma clara e exequível os objetivos a serem alcançados e assim foi realizado neste primeiro PTP. O estabelecimento de metas e indicadores são cruciais durante a execução do PTP e para o processo de avaliação e monitoramento, sendo elementos indissociáveis. Somente uma organização do trabalho nos permite, posteriormente, sistematizar o trabalho profissional, pois é o planejamento do trabalho profissional que nos permite avançar na perspectiva de assegurar direitos. Como nos afirma Berenice Couto “É preciso fugir das improvisações, é imperioso planejar o trabalho”!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como trabalhador especializado, o Assistente Social deve apresentar propostas profissionais de resolução para além da requisição estritamente institucional, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico-metodológica. Portanto, cabe ao Assistente Social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas.

Sob a ótica do Projeto Ético-Político e do Código de Ética do Serviço Social, a elaboração do projeto profissional do Assistente Social deve seguir diretrizes fundamentais. Além de basear-se na leitura da realidade, o projeto deve ser teleológico, ou seja, orientado para fins, propósitos e objetivos a serem alcançados por meio das ações e intervenções realizadas no processo de trabalho profissional. A escrita e materialização do projeto são essenciais para que as ações planejadas sejam registradas de forma clara e objetiva, garantindo compreensão e seguimento por todos os envolvidos. O diálogo a partir da teoria é crucial, pois permite aos Assistentes Sociais uma visão crítica e analítica das questões sociais como reflexos do sistema capitalista e das estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes. A abordagem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

técnico-operativa agrega experiência prática e conhecimento especializado ao projeto, enriquecendo-o e tornando-o mais consciente e adequado às necessidades reais dos usuários dos Serviços Sociais. A ligação com a população demandante é fundamental, pois é a partir das necessidades, demandas e realidades dos sujeitos atendidos que se constroem uma intervenção social significativa para promover a garantia dos direitos e a mediação eficaz das expressões da questão social.

O escopo da experiência profissional apresentada, alinha-se à preocupação pelo controle da Tuberculose em todo território nacional. É importante que as metas estabelecidas pelo Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública (2021 a 2025) sejam atingidas e o Serviço Social como profissão participe das equipes multiprofissionais, contribuindo significativamente, seja na atenção aos usuários do Programa, seja na atenção às famílias por meio de ações estratégicas e qualificadas.

A formulação de Projeto de Trabalho Profissional (PTP), em conjunto com o Protocolo de Acolhimento criado, permite ao Assistente Social identificar qual o seu trabalho naquele espaço sócio-ocupacional, o que lhe compete. Isto permite romper com a ideia desqualificante de que o Assistente Social é um mero executor das políticas sociais e que somente reproduz o projeto institucional. Neste sentido, a sistematização desta experiência profissional nos demonstra a possibilidade de construir estratégias que traduzam o projeto profissional do Serviço Social e torne nossos espaços socioprofissionais como espaços mais coletivos, democráticos e gerenciáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Ética Profissional**. In: Legislação e Resoluções sobre o trabalho do Assistente Social. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Brasil Livre da Tuberculose - Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública: estratégias para 2016-2020**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Brasil Livre da Tuberculose - Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública: estratégias para 2021-2025**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Ministério da Saúde. **Guia orientador: promoção da proteção social para as pessoas acometidas pela tuberculose.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

_____. **Lei no. 8.662 de 17 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão do Assistente Social com alteração introduzida pela Lei 12.317 de 26 agosto de 2010. In: Legislação e Resoluções sobre o trabalho do Assistente Social. Brasília: CFESS, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

HORST, Claudio H. M. **O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho no exercício profissional de assistentes sociais.** In: CRESS MG, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/ Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto – Belo Horizonte: CRESS, 2023, p.113-139.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIQUEIRA, Marklize e MARTINS, Marly . Protocolo de Acolhimento do Serviço Social da Policlínica Cardoso Fontes. Manaus-AM, 2018. (Documento produzido institucionalmente)

RAICHELIS, Raquel. **Atribuições e competências profissionais revisitadas:** a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do/a Assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2020.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O assistente social na luta de classes:** projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.